

 **Texto**
para discussão

231

**Desemprego e teoria
macroeconômica**

Adriana Nunes Ferreira

Maio 2014

Instituto de Economia
UNICAMP 

Desemprego e teoria macroeconômica

Adriana Nunes Ferreira ¹

Resumo

O presente artigo examina de forma crítica a contribuição do aparato novo keynesiano de pensamento – hoje a “ponta” do *mainstream* da teoria macroeconômica – para o entendimento do fenômeno do desemprego. Mostra que suas explicações centram-se no âmbito do mercado de trabalho – caracterizando o desemprego como uma “falha nos mecanismos equilibradores”, ou seja, como uma decorrência do não-ajustamento adequado do salário real. Como consequência desta visão, este aparato dá subsídio à prescrições de políticas que se confinam ao mercado de trabalho, no sentido de retirar as formas de rigidez que impeçam o ajustamento do salário, o que acaba por se traduzir nas propaladas medidas de “flexibilização”, em geral nefastas aos trabalhadores.

Introdução

Não há emprego suficiente para os que desejam trabalhar. Pessoas dispostas a aceitarem as taxas de salário vigentes e até reduções desta taxa procuram no mercado de trabalho um posto no qual possam vender a única coisa de que dispõem para viver – sua força de trabalho – e não conseguem.

Abrimos, então, angustiados, um livro de “Macroeconomia”, ansiosos por encontrarmos explicações ao fenômeno do desemprego e inspiração para discutirmos políticas direcionadas a sua mitigação. E o que encontramos?

Nos livros chamados “de ponta” de macroeconomia, encontramos exposto o pensamento dos que hoje reinam no “*mainstream*” de nossa ciência – os “Novos Keynesianos”. Este artigo se propõe a examinar, em linhas gerais, as explicações dadas por essa linha de pensamento ao problema do desemprego e as soluções por ela preconizadas. Argumentar-se-á que a visão dos Novos Keynesianos se afasta sobremaneira da de Keynes - de quem, aliás, esses pensadores herdaram muito pouco além do nome.

A próxima parte do texto trata das explicações ao desemprego dadas pelos Novos Keynesianos; a seguinte, das políticas dirigidas ao aumento do emprego que se depreendem deste aparato; a última reúne as conclusões.

1 O desemprego como decorrência de falhas de ajustamento

A escola dos Novos Keynesianos tem uma característica, provavelmente decorrente de sua contemporaneidade, que dificulta o seu tratamento: ela conta com uma extensa gama de modelos, que se

(1) Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp. IE).

complementam e às vezes se contradizem. Em muitos pontos, é difícil fazer generalizações, pois o que é verdade para um autor pode soar como uma blasfêmia para outro. De qualquer modo, faz-se aqui uma tentativa de identificar o que seja o “aparato novo keynesiano” de análise, no tratamento da questão do desemprego.

Os “Novos Keynesianos” se chamam deste modo porque procuram resgatar algumas questões levantadas por Keynes e esquecidas, no âmbito do *mainstream* da teoria macroeconômica, por várias décadas. Uma delas, talvez a mais crucial, é a existência de pessoas involuntariamente desempregadas. Pessoas que querem trabalhar ao salário real vigente e não encontram trabalho.

A existência de desemprego involuntário, para Keynes, decorria da própria natureza da economia capitalista, não caracterizava uma situação de “desequilíbrio” anômala, e o Estado tinha o dever moral de intervir para agir para a sua mitigação. Em sua Teoria Geral, lê-se:

É certo que o mundo não tolerará mais por muito mais tempo o desemprego que, à parte certos intervalos de excitação, é uma conseqüência – e na minha opinião inevitável – do capitalismo individualista de nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade (1983, p. 250).

Passados mais de cinquenta anos da publicação da Teoria Geral de Keynes, os “keynesianos” que chegam ao *mainstream* da teoria macroeconômica têm posições muito diferentes daquele que lhes emprestou o nome. Embora, de fato, procurem entender a existência de pessoas desempregadas, sua explicação para este fenômeno centra-se fundamentalmente na existência de formas de rigidez – em última instância, situadas no mercado de trabalho – que impedem o salário real de cair de modo a se ajustar à produtividade marginal do trabalho correspondente ao pleno emprego².

Como esses autores explicam a existência de rigidez de salários reais? Pela própria racionalidade maximizadora das firmas – ou, pasmem! da dos trabalhadores. Ou seja: a explicação da existência de desemprego confina-se ao âmbito do mercado de trabalho. Não é, como queria Keynes, o resultado de uma deficiência de demanda, resultado dos cálculos de valorização da riqueza capitalista, mas a decorrência da racionalidade dos agentes comprador e vendedor da força de trabalho.

São três as principais direções tomadas pelos autores que querem explicar a existência de rigidez dos salários reais: os modelos de “salário-eficiência”, os de “barganha salarial” e os de “contratos implícitos”. Vamos a elas.

Em primeiro lugar, os modelos de “salário eficiência” procuram entender por que as firmas podem considerar não-vantajoso reduzir salários na presença de desemprego. A resposta explora a ligação entre o salário real pago pela empresa e a produtividade do trabalho: a produtividade do trabalho

(2) Note-se que esta explicação do desemprego se parece muito com aquela dada pelos antecessores de Keynes.

é uma função dos salários reais, e portanto um salário real mais baixo reduz a produtividade do trabalho. Por esta razão, a firma prefere manter um salário real superior àquele correspondente ao *market clearing*.

A classe de modelos de “salário-eficiência” gerou pelo menos mais quatro, que procuram esmiuçar a relação entre salários reais e produtividade do trabalho. A primeira delas – o modelo de *shirking* – explora o custo de monitoramento do trabalho que as firmas enfrentam: o pagamento de um salário real acima do correspondente ao *market clearing* é uma forma de elas incentivarem o indivíduo a trabalhar com eficiência. Salários mais altos aumentam as perdas do trabalhador se este for surpreendido em uma situação de pouca produtividade, e a taxa de desemprego gerada por um salário real muito alto (acima do nível de *market clearing*) serve como um mecanismo “disciplinador” para o trabalhador. Nos diz Yellen, uma estudiosa destes modelos:

O ótimo de Pareto, com monitoramento custoso, irá comportar algum desemprego, pois este tem um papel socialmente valioso ao criar incentivos para o trabalho (Yellen, 1984, p. 202).

Uma segunda versão da relação entre salários reais e produtividade do trabalho, ligeiramente diferente da primeira, é a de que as empresas oferecem um salário real acima do *market clearing* para reduzir a rotatividade da mão-de-obra, reduzindo assim os custos de treinamento de pessoal: os trabalhadores hesitariam tanto mais em deixar seus postos de trabalho quanto maior fosse o salário relativo pago pela empresa.

A terceira versão é a chamada de “seleção adversa”: cada trabalhador tem o que se chama de “*reservation wage*”, um nível mínimo de salário real que está disposto a aceitar. Admitindo que as firmas não dispõem de informações perfeitas sobre o verdadeiro nível de qualificação dos empregados na hora da contratação, elas supõem que o *reservation wage* reflita as habilidades do candidato, e assim preferem pagar salários reais mais altos, que atrairiam trabalhadores de maior produtividade.

Finalmente, uma última versão que recebe uma denominação, no mínimo, curiosa: trata-se do “modelo sociológico”(ou de “troca de presentes”): a rigidez de salários reflete, nessa visão, convenções sociais e princípios do que sejam comportamentos apropriados no ambiente de trabalho. Assim, o esforço de cada trabalhador depende da norma vigente em seu grupo de trabalho e salários reais mais altos aumentam a sua satisfação e sua lealdade ao grupo de trabalho, melhorando o seu desempenho.

Para os modelos de “salários de eficiência”, portanto, a existência de desemprego involuntário decorre da fixação de salários reais *altos demais* – acima do nível que levaria ao equilíbrio de pleno emprego – e esta, por sua vez, é resultado de uma hipótese que se faz sobre a racionalidade da firma. Esta prefere pagar um salário real mais alto e gerar desemprego a pagar um salário mais baixo e permitir o ajuste do mercado de trabalho. Nas palavras de Yellen:

Os trabalhadores desempregados prefeririam trabalhar à taxa de salário W a continuarem desempregados, mas as firmas não irão contratá-los para este emprego a esse salário. Por quê? Pela

simples razão de que qualquer redução do salário pago irá reduzir a produtividade de todos os outros trabalhadores já empregados. Assim, a hipótese de salários de eficiência explica o desemprego involuntário (Yellen, 1984, p. 200).

A segunda direção tomada pelos Novos Keynesianos na explicação da rigidez de salários reais é a dos modelos de “barganha salarial” (ou de “*insiders versus outsiders*”). Estes modelos exploram o papel dos sindicatos, que pressionam por aumentos de salários, mantendo-os acima do nível compatível com desemprego zero e causando desemprego no resto da economia. Os trabalhadores já empregados e sindicalizados (os “*insiders*”) ganham às custas dos que estão à margem do mercado de trabalho (os “*outsiders*”). Desta vez, então, temos que o desemprego resulta depende da própria racionalidade – algo perversa – dos trabalhadores, intermediada pelos sindicatos.

A terceira direção tomada pelos autores novo keynesianos na explicação da rigidez salarial é a de “contratos implícitos”: supondo trabalhadores “avessos ao risco”, o salário pago a ele deve incorporar uma espécie de “seguro” contra as flutuações da demanda por trabalho. Esta flutuação da demanda por trabalho, por sua vez, depende da flutuação da demanda pelos produtos da firma. Deste modo, o trabalhador escolhe empregar-se em uma empresa mais sujeita a flutuações de demanda se ela lhe oferecer um salário real mais alto. Esses salários reais mais altos impedem o mercado de trabalho de se ajustar ao nível de desemprego zero. Esse modelo explica, portanto, o desemprego, por uma escolha que é, na verdade, do próprio trabalhador: este prefere empregar-se em uma empresa que lhe pague um salário real mais alto – mais alto porque embute um seguro contra flutuações de demanda – a empregar-se em um setor menos sujeito a flutuações.

Todos esses modelos de explicação do desemprego têm em comum o fato de serem, basicamente, microeconômicos, ou seja, voltados primordialmente a um mercado – o de trabalho e à explicação do comportamento dos agentes que nele atuam. Assim, o “desemprego involuntário”, tomado como uma questão macroeconômica, e que portanto exigiria políticas macroeconômicas (ou seja voltadas aos outros mercados, não somente ao de trabalho) no aparato novo keynesiano, está fora de foco. O próprio conceito de desemprego involuntário se perde. Blinder, relatando com um tom bem humorado a dificuldade de se chegar a uma definição deste conceito, diz:

Alguns economistas são simpáticos à visão tautológica de que qualquer coisa feita sem compulsão literal deva necessariamente ser voluntária. Outros detectam elementos de involuntariedade sempre que os limites [constraints] tornam-se demasiado limitantes [constraining]. Pode ser que o desemprego involuntário seja como a pornografia: é difícil de definir, mas você a reconhece quando a vê (Blinder, 1988, p. 3).

O contraste com a posição de Keynes dificilmente poderia ser maior. Para ele, o desemprego involuntário decorre, em última instância, da própria existência da moeda, bem não produtivo por trabalho. Assim, uma queda do nível de salários não leva a economia ao nível de pleno emprego, pois há

uma deficiência básica de demanda, inerente ao funcionamento normal de uma economia de mercado. É isso que faz do desemprego de Keynes um problema macroeconômico, e é isso que o faz involuntário: o nível de emprego (e desemprego) da economia não é determinado no âmbito do mercado de trabalho, mas em outros mercados, nos quais os capitalistas tomam suas decisões de investimento. Assim, mesmo que os trabalhadores aceitem uma redução nos seus salários nominais (que são, aliás, a única variável em jogo nas negociações salariais), isto não lhes garantiria acesso a postos de trabalho³. Há, em outros termos, uma assimetria básica de poder entre os agentes compradores e vendedores da força de trabalho: somente os primeiros determinam a quantidade que será transacionada.

Davidson (1998), aponta para essa assimetria entre agentes compradores e vendedores da força de trabalho:

Em uma economia monetária, os trabalhadores desempregados não têm meios de induzir os empresários a modificar suas decisões de produção, demissão ou fixação de preços e empregar trabalhadores adicionais enquanto suas expectativas de maximização de lucros estiverem sendo realizadas.

Trabalhadores desempregados podem, assim, reduzir seus salários nominais até perderem o ar sem que se alterem as decisões dos empresários (...).

Tudo isso faz do mercado de trabalho um mercado particular, que não pode ser tratado como se trata um mercado de batatas. Um ponto interessante é que essa ideia, que hoje tem que ser buscada em correntes alternativas ao *mainstream* da teoria macroeconomia, já se encontrava em Marshall (1982):

Quando um trabalhador teme a fome, sua necessidade de dinheiro (a utilidade marginal deste para ele) é muito grande. Se de começo ele leva a pior na negociação e se emprega a salário baixo, a necessidade continuará grande, e ele poderá continuar a vender sua força de trabalho a baixo preço. Tanto mais porque, enquanto a vantagem da negociação, a respeito de mercadorias, tende naturalmente a ser bem dividida entre os dois lados, num mercado de trabalho é mais comum que esteja mais do lado dos compradores do que dos vendedores. Outra diferença entre o mercado de trabalho e o mercado de mercadorias surge do fato de que cada vendedor de trabalho só tem uma unidade ao seu dispor. Esses são os dois fatos, entre muitos, nos quais encontraremos, à medida que avançarmos, a explicação de muito dessa objeção instintiva que as classes trabalhadoras têm levantado contra o hábito de certos economistas, particularmente os pertencentes às classes empregadoras, de tratar do trabalho simplesmente como uma mercadoria e considerar o mercado de trabalho como qualquer outro mercado (Marshall, cap. 2, v. II).

(3) No capítulo 19 de sua Teoria Geral, Keynes dedica-se a investigar as repercussões sobre o nível de emprego de variações nos salários nominais. Uma vez que o nível de emprego depende do da demanda efetiva, o autor se pergunta em que medida uma queda nos salários nominais afeta os determinantes desta – a saber, a eficiência marginal do capital, a taxa de juros e a propensão a consumir. O autor investiga sete possíveis efeitos e conclui que os resultados são ambíguos e, em boa medida, imprevisíveis.

Tudo isso se perde, na teoria que hoje está formando a maior parte dos economistas. Passamos agora ao exame de uma das conseqüências mais nefastas da propagação deste tipo de teoria: as políticas de combate ao desemprego que dela se depreendem.

2 O mercado de trabalho como locus privilegiado das políticas de emprego

Já se disse que as explicações dos Novos Keynesianos para o desemprego são situadas no próprio âmbito do mercado de trabalho. É evidente que as políticas que se depreendem deste aparato somente poderiam situar-se no âmbito deste mercado.

Com efeito, se as fontes de rigidez real do mercado do trabalho não forem removidas, ou atenuadas, não há meios de promover um aumento de emprego. Assim, o que se depreende do aparato novo keynesiano é que o locus privilegiado de atuação do governo na questão do desemprego é o mercado de trabalho.

Layard, Nickell e Jackman (1991) dedicam boa parte de seu livro à explicitação destas políticas. Algumas delas são a reforma dos sistemas de benefícios para os desempregados, no sentido de reduzi-los, a reforma do sistema de barganha salarial, o treinamento da força de trabalho (dos “*hard-to-place workers*”) de modo que mais trabalhadores estejam aptos a se oferecer no “setor primário” do mercado de trabalho, e a melhoria dos serviços de informação aos desempregados, de modo a aumentar a eficiência do “*job search*”.

A desregulamentação do mercado de trabalho no sentido de reduzir o sistema de proteção ao trabalhador é apontada como potencialmente benéfica na mitigação do desemprego. Layard, Nickell e Jackman criticam a via tomada pela Europa, de se apegar a seus mercados de trabalho excessivamente regulamentados, em particular, com altos custos de demissão do trabalhador por parte das firmas. Os autores mostram que é possível que estes custos reduzam tanto o incentivo a demitir quanto o de admitir trabalhadores, não tendo portanto impacto significativo sobre o desemprego, embora o tendo sobre custos das firmas. Para eles, estes custos devem manter o estoque de desemprego inalterado, apenas aumentando sua duração. Além disso, leis de proteção ao trabalhador reforçam o poder dos “*insiders*” em relação aos “*outsiders*”, aumentando deste modo o poder dos sindicatos e assim, o chamado “desemprego de equilíbrio” e sua persistência. Uma última frase, perdida no meio da argumentação dos autores nos diz: “*mas é verdade que argumentos relacionados à equidade pesam contra a total retirada destes direitos*”...

A reforma do sistema de barganha salarial deveria se pautar pelo seguinte critério:

Outros fatores permanecendo iguais, o desemprego será menor quanto menor forem a cobertura e o poder do sindicato em cada negociação salarial. Isso sugere o mérito de se limitar a força do sindicato. Mas, por outro lado, para uma dada cobertura e força sindicais, o desemprego é menor

quando os empregadores coordenam suas ofertas de salário para uma indústria ou em nível nacional e, da mesma forma, quando os sindicatos coordenam suas reivindicações salariais (p. 483).

Estes seriam os dois extremos de organização sindical que funcionariam: ou baixa cobertura e baixo poder por parte dessas instituições – como nos EUA – ou alta cobertura mas com baixo poder dos sindicatos no nível descentralizado (e fortes sindicatos “nacionais”)– aqui, os autores citam os casos da Escandinávia, da Áustria e, em menor escala, a Alemanha. Estes dois esquemas teriam a vantagem de eliminar os problemas de coordenação advindos de sindicatos fortes e descentralizados, que levariam a pressões inflacionárias (trabalhadores pressionam por aumentos de salários, e firmas respondem aumentando preços). Em outros termos, se existir alta cobertura sindical, é bom que haja alto grau de coordenação entre os diversos sindicatos (inclusive entre sindicatos trabalhistas e sindicatos patronais) para que não se gerem “desequilíbrios” na economia.

O treinamento da força de trabalho no sentido de qualificá-la para viabilizar o acesso aos postos de trabalho de segmentos da força de trabalho antes excluídos é defendido como uma forma de mitigar o desemprego e aumentar, ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho. Essa medida teria a virtude de reduzir o “*mismatch*” entre regiões ou setores e as habilidades dos trabalhadores. Se em alguma região ou setor houver excesso de oferta de mão-de-obra, havendo assim desemprego localizado, pode-se retrainar a força de trabalho para orientá-la a outra atividade. Esse raciocínio pressupõe, obviamente, que não haja excesso generalizado de mão-de-obra.

A defesa da melhoria do sistema de informação aos desempregados e potenciais empregadores de modo a aumentar a eficiência do “*job search*” assenta-se na mesma hipótese: o problema não é a falta agregada de empregos, apenas o desencontro entre empregados e empregadores. Com um melhor sistema de informação, diminui o tempo e a eficiência da busca por emprego.

Note-se que as políticas de demanda são aparentemente desprezadas enquanto instrumentos para o aumento do emprego. Amadeo (1994), comentando os modelos dos novos keynesianos, que relacionam desemprego e rigidez salarial, diz:

...todos os modelos que procuram ilustrar esta relação são modelos basicamente microeconômicos, uma vez que não levam em consideração problemas de demanda efetiva. Entretanto existem alguns artigos que discutem a repercussão destes fundamentos microeconômicos em modelos que levam explicitamente em consideração variações da demanda agregada. **Nestes modelos, a potência dos fundamentos microeconômicos limita a efetividade de políticas ativas de demanda agregada como forma de combater a taxa de desemprego** (Amadeo, 1994, p.152-153, ênfase minha).

Não se pode deixar de notar o enorme contraste deste tipo de abordagem com as recomendações que se depreendem do aparato de Keynes. Isto porque a fonte do desemprego, para ele, era absolutamente distinta - o desemprego não se assentava em nenhuma espécie de rigidez, e as medidas

dirigidas a dar maior flexibilidade ao mercado de trabalho não teriam efeito algum sobre o nível de desemprego.

Pode-se dizer que os novos keynesianos retiram do governo um papel estritamente “macroeconômico” contra o desemprego, e lhe atribuem um papel fundamentalmente “microeconômico”, de forma consistente com o seu aparato analítico.

Conclusões

A exposição das ideias dos novos keynesianos nos levam a algumas reflexões. Em primeiro lugar, parece importante resgatar, no tratamento do desemprego, um autor que tomou este tema com uma de suas preocupações centrais. Keynes tratou do desemprego involuntário como um resultado inerente à interação dos diversos agentes e mercados que compõem uma economia monetária. De forma consistente com esta visão, concebeu um papel para o Estado que se diferencia profundamente das políticas de flexibilização do mercado de trabalho preconizadas por seus colegas de hoje.

É um erro supor que querer recuperar a visão de Keynes sobre o funcionamento de uma economia de mercado signifique defender uma política permanente de gastos públicos deficitários para administração da demanda. Aliás, é um erro supor que esta seja a visão de Keynes. O que ele procurou mostrar era que a interação entre trabalhadores, empresários e *rentiers* muito dificilmente teria como resultado um quadro social desejável se totalmente regulada pelo mercado. O Estado deveria estabelecer parâmetros dentro dos quais estes agentes privados pudessem tomar suas decisões, e deveria fazê-lo através de medidas que agissem sobre a magnitude dos ganhos destes agentes.

À parte os momentos de aguda depressão econômica - em que déficits orçamentários seriam justificáveis - o Estado teria um papel que não necessariamente passaria por políticas de gastos ou de administração de taxa de juros, mas compreenderia um papel mais amplo como regulador da atividade econômica. Há, em Keynes, a compreensão de que o Estado deve mediar a contínua e necessária negociação entre os diversos agentes que compõem a sociedade - negociação sem a qual se pode chegar (como se vê hoje!) a condições inaceitáveis de desemprego e pobreza. Ao Estado cabe, então, um julgamento de valor sobre o que é ou não socialmente aceitável. Cabe agir no sentido de elevar a propensão a consumir através de redistribuição de renda ou tomar medidas que estimulem o investimento produtivo. Cabe ser, em outros termos, o guardião do bem-estar da sociedade.

Em segundo lugar, talvez seja pertinente tentar entender em que se sustenta uma teoria macroeconômica que não informa políticas macroeconômicas direcionadas à mitigação do desemprego, mas apenas políticas voltadas ao mercado de trabalho – no sentido da “flexibilização”.

O ponto aqui é que quando olhamos para a onda neoliberal que reina no mundo há, pelo menos, duas décadas, este rumo que o *mainstream* da teoria macro tomou faz algum sentido. Uma teoria econômica não surge em um vácuo político e ideológico - apesar da pretensa neutralidade científica de que se têm revestido as teorias embaladas pelas expectativas racionais. Nas palavras de Adam Przeworski e Michael Wallerstein (1988, p. 30):

Foi Keynes que transformou a macroeconomia, de uma disposição de espírito, em uma teoria: um método dedutivo para analisar os determinantes da renda nacional e avaliar políticas alternativas... A nova teoria tornou-se a moldura na qual grupos particulares apresentaram seus interesses como universais; tornou-se o instrumento para a articulação de pretensões hegemônicas e a linguagem da política econômica. Que o terreno do conflito ideológico tenha sido conquistado pela teoria econômica aplicada, é um legado permanente da revolução keynesiana.

A crise do que se convencionou chamar de “economia keynesiana” deu-se na década dos setenta, na forma de um arrefecimento geral das taxas de crescimento do PIB, uma elevação da inflação e importantes déficits na conta corrente do balanço de pagamentos dos países capitalistas desenvolvidos (e claro, e de forma mais dramática, dos países subdesenvolvidos também). Ao lado dos distúrbios macroeconômicos, deu-se uma importante “crise de produtividade”, da qual não escaparam nem os Estados Unidos, guardião por excelência do capitalismo, nem o Japão, centro emergente do capitalismo industrial.

A perplexidade teórica que se seguiu ao advento desta crise - absolutamente resistente a qualquer medida que se identificasse com o aparato keynesiano - abriu espaço para um “retorno à ortodoxia”⁴. Sobre este movimento, escrevem os já citados Przeworski e Wallerstein (1988, p. 29):

A ideologia que orienta a atual ofensiva de direita é em vários sentidos um fantasma dos anos 20: antiestatista, enfatizando a hegemonia empresarial, retratando o consumo popular como inimigo dos interesses nacionais e baseado na crença da racionalidade do mercado e na importância autônoma da moeda. Entretanto o que é novo nesta ideologia é o papel dominante desempenhado pela teoria econômica técnica. Nos anos 20, as políticas antiinflacionárias e os princípios do padrão ouro e do equilíbrio orçamentário se justificaram como um conhecimento acumulado a partir da experiência. A única base teórica para esses princípios era a teoria quantitativa da moeda... Nos anos 70, em contraste, a justificação provém de teorias aparentemente técnicas: “monetarismo”, “*la nouvelle économie*”, e “expectativas racionais” estão, todas elas, sendo propostas como razões pelas quais todos estarão em melhor situação se o Estado se retirar da economia e os capitalistas puderem acumular sem levar em conta considerações distributivas.

Os modelos que encontramos hoje nos manuais de macroeconomia estão inseridos neste contexto. Em plena condenação do *Welfare State* e entronização do mercado como instância reguladora,

(4) Sobre este tema, vide a interessante análise em Villareal (1984).

por excelência, das relações econômicas na economia capitalista, um mundo em que o Estado não tem praticamente papel algum a cumprir no enfrentamento do problema do desemprego.

A interação entre ciência e ambiente político-econômico é matéria complexa, que foge ao escopo deste artigo. O que se quer aqui é lembrar que qualquer que seja a natureza desta interação, a economia é uma ciência social (Keynes diria mais: é uma ciência moral!). E se é uma ciência social, dificilmente pode-se entender que ela não explique como uma característica constitutiva de uma economia monetária e decorrente da interação dos agentes econômicos e mercados que a compõem, um dos maiores flagelos da sociedade contemporânea: o desemprego involuntário.

Em terceiro lugar, um ponto importante: se essas teorias têm efeitos potencialmente nefastos em países com rendas per capita, padrões de distribuição de renda e estruturas de proteção social aceitáveis, veja-se o que ocorre quando são importadas a países como o nosso. O discurso da flexibilização, quando aplicado, se traduz em uma acentuada deterioração das já precárias condições do nosso mercado de trabalho.

Por último, há que se notar que o discurso neo-liberal parece começar a esmaecer-se, e a discussão acerca da importância do papel do Estado recomeça a ganhar espaço, mesmo onde não se suporia há pouco tempo. Este Estado, combatido no discurso neoliberal como sendo o grande vilão gastador e gerador de ineficiências, que interfere de forma nefasta na chamada “esfera da economia”, tem por exemplo sua importância reconhecida pelo próprio Banco Mundial, que dedicou recente relatório a essa questão. No relatório intitulado “*The state in a changing world*”, lê-se:

Os governos têm sido forçados a responder à rápida difusão de tecnologias, a pressões demográficas e preocupações ambientais crescentes, à maior integração global dos mercados, e a uma mudança rumo a formas mais democráticas de governos. E, sobre todas essas pressões permanece o enorme – e persistente – desafio de reduzir a pobreza e viabilizar o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento – econômico, social e sustentável – sem um Estado efetivo é impossível. Tem sido crescentemente reconhecido que um Estado efetivo – e não um Estado mínimo - é fundamental para o desenvolvimento econômico e social (p.18).

É de se esperar que a chamada “Ciência Econômica” – e, particularmente, a Macroeconomia – ensinada nas Universidades do mundo e de nosso país possa contribuir para a compreensão do drama do desemprego em massa e para a orientação de políticas macroeconômicas que sejam efetivas na melhoria da situação das pessoas que somente têm para oferecer no jogo econômico a sua força de trabalho.

Bibliografia

AMADEO, E. J.; ESTEVÃO, M. *A teoria econômica de desemprego*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BLINDER, A. The fall and rise of Keynesian economics. *The Economic Records*, v. 64, Dec. 1988.

- DAVIDSON, P. Post Keynesian employment analysis and the macroeconomics of OECD unemployment. *The Economic Journal*, 108, p. 817-831, May 1998.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do juro, da moeda e do emprego*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LAYARD, R.; NICKELL, S.; JACKMAN, R. *Unemployment – Macroeconomic performance and the labor market*. Oxford University Press, 1991.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- MANKIW, N. G. The reincarnation of Keynesian economics. *European Economics Review*, 36, 1992.
- _____. A quick refreshing course in macroeconomics. *Journal of Economic Literature*, v. 28, Dec. 1990.
- PRZERWOSKI, A.; WALLERSTEIN, M. O capitalismo democrático na encruzilhada. *Estudos Cebrap*, n. 22, 1988.
- ROMER, D. The new Keynesian synthesis. *Journal of economic Perspectives*, v. 7, n. 1, Winter 1993.
- VILLAREAL, René. *A contra-revolução monetarista – Teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. Ed. Record, 1984.
- YELLEN, J. Y. Efficiency wage models of unemployment. *American Economic Review*, v. 74, n. 2, May 1984.
- THE WORLD BANK. *World Development Report 1997/1998 – The state in a changing world*. Oxford University Press, 1997.